

MULHERES E JORNALISMO: PERMANÊNCIAS E TENDÊNCIAS NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Ana Fernanda Campos de Souza¹

Resumo: O artigo sintetiza os resultados apresentados na dissertação *Mulheres em Pauta: jornalismo sob a ótica de gênero em Salvador*, cujo objetivo geral é contar a história da profissionalização das mulheres como jornalistas em Salvador, sob a perspectiva dos Estudos Feministas. A pesquisa parte da simultaneidade histórica entre a constituição do campo da comunicação no Brasil e da legitimação do trabalho feminino remunerado e fora do lar, para investigar o fenômeno do ingresso em massa das mulheres na profissão de jornalista. A análise de dados estatísticos e de depoimentos fornecidos em entrevistas por mulheres jornalistas levou-nos à conclusão, entre outras, de que a problematização de gênero feita pelas entrevistadas se dá por meio da valorização da igualdade jurídica do desprezo pelas experiências identitárias femininas. Foi-nos possível, igualmente, traçar tendências para a presença das mulheres na imprensa em futuro próximo.

Palavras-Chave: Mulheres, Jornalistas, Salvador, Identidade, Gênero

Elas estão em maior número que os homens nos cursos de jornalismo e constituem quase a metade do batalhão de profissionais de imprensa nas redações de jornal, televisão, rádio, noticiosos de Internet e assessorias de imprensa (SANT'ANNA, 2002). Estão presentes na cobertura de todos os temas, inclusive polícia, política, esporte e economia, mas principalmente naquelas editorias consideradas mais "suaves", como a de cultura. Ganham, em média, menos do que os seus colegas de profissão do sexo masculino, graças à maior presença deles nos cargos de chefia, melhor remunerados. Trabalham mais horas por dia do que os homens (SANT'ANNA, 2002) e precisam equilibrar os plantões, trabalhos aos fins de semana e feriados com a administração da rotina doméstica e os cuidados com os filhos.

¹ Ana Fernanda Campos de Souza é aluna do mestrado do Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (Pós-Cultura/UFBA), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e membro do Grupo de Pesquisa Midas - Miradas Femininas, coordenado pela prof^a dr^a Lindinalva Rubim. E-mail: anafernandas@gmail.com



As mulheres jornalistas são os sujeitos da nossa pesquisa, sintetizada na dissertação de mestrado *Mulheres em Pauta: jornalismo sob a ótica de gênero em Salvador*. Nosso objetivo geral com o trabalho foi contar a história da profissionalização destas trabalhadoras, sob a perspectiva dos Estudos Feministas. Para isso, articulamos dados quantitativos sobre as jornalistas aos depoimentos fornecidos por 14 mulheres que atuam ou atuaram na imprensa a respeito do seu dia-a-dia profissional. A orientação é da prof^a dr^a Lindinalva Rubim.

A pesquisa nasceu da percepção da quase simultaneidade histórica de dois eventos, ambos localizados na segunda metade do século XX que, como mulher e jornalista, nos interessam de perto: o primeiro, foi a constituição de uma indústria cultural brasileira, capitaneada pela televisão, e que em Salvador teve como efeito a interrupção do exuberante ciclo cultural até então vivido pela cidade e a instituição do estado e sua capital no lugar de consumidor do que é produzido no centro financeiro do país². (RUBIM, 2003). O segundo, a legitimação da presença das mulheres no mercado de trabalho, cujas raízes situamos na Segunda Onda do Movimento Feminista³.

A aceitação do trabalho das mulheres e seu acesso a uma profissionalização cada vez mais qualificada são contemporâneos da criação dos primeiros cursos superiores de jornalismo no Brasil, que logo passaram a contar com a presença de mulheres entre seus alunos. Entre as décadas de 80 e 90, dados do Ministério do Trabalho apontam para um crescimento significativo no número de mulheres jornalistas com carteira assinada (figura 1):

² Salvador atravessou um ciclo cultural entre as décadas de 50 e 60, motivado principalmente pelo investimento nas artes de Edgard Santos à frente da Universidade da Bahia. Além da constituição da indústria cultural brasileira, este movimento foi afetado pelo Golpe Militar, pela saída de Edgard Santos da Reitoria da Universidade e pelo novo padrão de urbanização da cidade, que enfraqueceu o Centro Antigo. Para mais sobre o assunto, ver RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Cultura, política e mídia na Bahia Contemporânea*. Revista Comunicação e Política, n.s., v. X, nº 1, pg. 93-155, 2003; OLIVEIRA, Paulo Cesar Miguez de. *A organização da cultura na “Cidade da Bahia”*. UFBA, FACOM, Tese de Doutorado. Salvador, 2002; RISÉRIO, Antônio. *Terra em Transe*. In: _____. *Uma história da Cidade da Bahia*. 2.ed. Rio de Janeiro : Versal, 2004, p. 456-593; RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. *Para quem não foi à Bahia*. In: _____. *O feminino no Cinema de Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Programa de Pósgraduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, 1999. 327p. (tese de doutorado)

³ A Segunda Onda do Movimento Feminista emergiu dos novos movimentos sociais que marcaram Europa e Estados Unidos durante a década de 60. Notabilizou-se por problematizar aspectos até então naturalizados, como a vida privada (sob o refrão “o pessoal é político”) e as sexualidades. Para uma visão de como a Segunda Onda do Movimento Feminista contribuiu para um novo conceito de identidade, ver HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

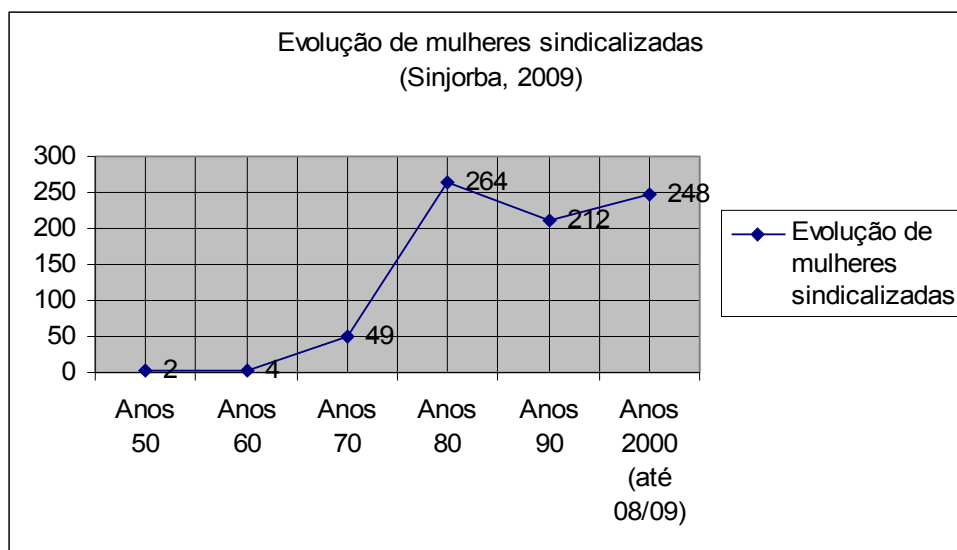
Figura 1: Taxa de crescimento da participação de homens e mulheres trabalhando como jornalistas com carteira assinada

	1986	1999	Crescimento
Homens	11.352	11.389	0,33%
Mulheres	6.176	8.693	40,75%
Total	17.528	19.944	13,78%

Fonte: Ministério do Trabalho, 2000 *apud* SATO, 2002

Em Salvador, dados do Sindicato dos Jornalistas do Estado da Bahia (Sinjorba) igualmente apontam para a década de 80 como o momento mais significativo de ingresso das mulheres na profissão. Dado que o primeiro curso de graduação em jornalismo data de meados da década de 60, com duração de quatro anos, interpretamos esse crescimento nas sindicalizações como consequência da criação do curso (figura 2).

Figura 2:



Fonte: Sinjorba, 2009

Esses dados serviram de base para o levantamento de depoimentos das mulheres jornalistas, colhidos por meio de entrevistas. Falamos com 14 mulheres, com idades que variam entre 30 e 80 anos. Identificamos convergências entre a maioria dos dados quantitativos levantados e os depoimentos apresentados. As jornalistas entrevistadas compartilham percepções sobre o aumento quantitativo da presença de mulheres na imprensa a partir da década de 80, a dupla jornada de trabalho e a presença marcante de mulheres nas assessorias de imprensa.

As divergências se concentram no quesito ascensão profissional. Embora os dados reflitam uma maior presença dos homens no topo da pirâmide salarial da profissão, as mulheres entrevistadas não são unânimes a respeito. Algumas apontam a ocupação dos postos de edição por mulheres como uma prova de que elas “chegaram lá” – sem atentar que a função de editor não é mais a mesma e muito do poder que o editor tinha foi distribuído entre as demais funções. Outras reconhecem que, em Salvador, não há mulheres no lugar de chefes (ou secretários) de redação, que equivaleria ao topo da carreira como jornalista.

O número relativamente menor de mulheres ocupando cargos de chefia seria motivado pelo desequilíbrio na divisão das responsabilidades familiares. Tal desequilíbrio foi constatado em uma série de depoimentos, que nomeamos sob o título “Relação Público-Privado”, e afeta todas as trabalhadoras, mas com um agravante no caso das jornalistas: a intensidade da rotina de trabalho, que invade fins de semana e feriados, momentos tradicionalmente dedicados à convivência familiar. Somadas, a intensidade da rotina de trabalho, os horários imprevisíveis da profissão e, no caso das que têm filhos, o apoio pequeno ou inexistente do pai das crianças acaba por tornar as mulheres dependentes de seus superiores hierárquicos para a solução de problemas domésticos, como o cuidado com a saúde dos filhos, em uma reprodução da ordem patriarcal no ambiente de trabalho.

A) O paradigma da igualdade

A maioria dos depoimentos problematiza as relações de gênero a partir do que chamamos de paradigma da igualdade, segundo o qual as mulheres não teriam mais problemas a enfrentar, uma vez que já conquistaram a possibilidade de realizar as mesmas

coisas que os homens. A luta já estaria, portanto, ganha, pois não há impedimentos jurídicos para que elas façam tudo o que querem. Em outras palavras, homens e mulheres já teriam assegurados seus direitos iguais.

A igualdade perante a lei é uma herança que recebemos da modernidade, uma das palavras de ordem das revoluções burguesas que transformaram a Europa no séc. XIX. Está registrada nos escritos políticos de nomes como Locke, Rousseau e Bentham, filósofos que situaram no direito ao voto o sinal mínimo de participação a que todos os membros de uma sociedade deveriam ter direito. Para que as leis fossem consideradas justas, deveriam entrar em vigor apenas com o consentimento daqueles que vão obedecê-las.

Compreensível, portanto, que o voto tenha sido a bandeira principal da Primeira Onda do Movimento Feminista, não por acaso também conhecida como sufrágio. Quando conquistado este direito, acreditavam, as mulheres teriam condições de modificar os aspectos que consideravam injustos na legislação, que interditava os direitos à propriedade e as mantinha em situação inferior no casamento, e conseqüentemente melhorariam a sua posição na sociedade. Olympia de Gouges e Mary Wollstonecraft foram duas das porta-vozes deste ponto de vista.

De forma análoga às sufragistas, as jornalistas entrevistadas em nossa pesquisa celebram o momento atual da sua profissão como de superação das desigualdades que existiam entre homens e mulheres:

(...) antigamente havia um certo direcionamento: mulher faz Cidade e Cultura, homem faz Política e Polícia, dificilmente você tinha uma mulher fazendo Política ou fazendo Polícia, só homens cobriam esses setores. Acho que aos poucos a mulher foi mostrando sua competência nos outros lugares, nas outras editorias, foi assumindo, você tem mulheres editoras de Economia, muitas já, boas editoras inclusive. Acho que hoje já não há diferença nenhuma, já provou que não é [diferente]

O que Gouges, Wollstonecraft e as demais sufragistas aparentemente não perceberam de imediato é que as idéias dos filósofos nos quais se baseavam estavam em contradição com suas aspirações de extensão do direito ao voto às mulheres. Tanto Locke quanto Hume apresentavam uma perspectiva tradicional do lugar das mulheres na sociedade civil, que

deveria ser constituída por lares com chefes masculinos. Na obra em que discute o que seria a educação ideal, Rousseau deixa claro que as mulheres, representadas pela personagem Sofia, devem ser educadas para a maternidade e o casamento.

De maneira semelhante, a compreensão deste como um momento de igualdade entre homens e mulheres parece eclipsar, em nossas entrevistadas, a percepção das assimetrias de poder entre os gêneros e de aspectos francamente injustos de seu exercício profissional, encarando-as como uma “questão de tempo” ou como resquícios de uma época machista que não voltará mais. Com isso, ignoram as permanências da ordem patriarcal e, mais ainda, as recombinações que essa mesma ordem promove e que mantém a mulher em um lugar subordinado.

Tais recombinações se traduzem no mito da “liderança feminina”, que legitima a presença da mulher em um lugar de poder no mercado de trabalho associando-o a estereótipos sexistas, como a sensibilidade e a maior capacidade de ouvir; na perda de poder dos cargos intermediários da pirâmide funcional (no caso do jornalismo, os cargos de edição); na reconfiguração do papel do assessor de imprensa, de um produtor de notícias para alguém que precisa ter “jeito” com os empresários. Resumir o sexismo a uma interdição legal ao exercício da mulher fazer o que quer que seja, passa-se a naturalizar situações como essas. Percebemos igualmente poucas problematizações de situações comuns a outras profissões, como a dupla jornada de trabalho, o pequeno número de mulheres em cargos de chefia (em comparação à sua presença maciça na base da pirâmide funcional), o acantonamento das mulheres em funções significadas como “suaves” e mesmo o desrespeito à legislação, como a demissão de mulheres que acabaram de ter filhos.

E como lidar com experiências para as quais a igualdade jurídica não apresenta solução? Para a maioria das mulheres que entrevistamos, a resposta estaria na ação individual. Nas palavras delas, o segredo é conseguir “fazer-se respeitar”. Em sua empreitada individual, traduziram a expressão “fazer-se respeitar” como tentativa de ser igual aos homens, segundo as representações tradicionais do que é masculinidade. Isso pode significar tanto uma sensação de maior “camaradagem” para com os homens do que para com as mulheres; um desprezo por tudo o que soe como emoção e sensibilidade, mesmo diante de situações-limite, como a cobertura⁴ de um assassinato ou suicídio, e até mesmo a construção de uma aparência

⁴ Chama-se “cobrir” a investigação dos fatos pelo jornalista.

física que dispensa elementos historicamente adotados pelas mulheres, como o cabelo longo, a maquiagem e os adornos.

Se “todos os homens são iguais perante a lei”, é igual a eles que as mulheres querem ser, e não estamos falando apenas das mulheres jornalistas. A explicação de Simone de Beauvoir (apud NYE, 1995) para a assimetria no exercício de poder entre homens e mulheres está em que essas últimas seriam incapazes da transcendência, a afirmação como sujeito. A solução estaria na negação das experiências tradicionalmente femininas, como a maternidade. O oposto disso seria a adoção de comportamentos considerados tipicamente femininos, como a expressão exagerada das emoções, a fragilidade e as demonstrações de vaidade. À maneira de Beauvoir, as entrevistadas demonstraram não encarar esse tipo de comportamento como positivo, lendo-o como pouco profissional:

Tem que ser uma pessoa mais dura e não se emocionar com assassinato, com suicídio. Então, eu atuei meio como um homenzinho (...) Não é que qualquer mulher pode ascender, depende da postura, porque você vai ter que lidar com situações duras. Não pode ficar chorando.

Curiosamente, o comportamento estereotipadamente feminino é encarado pelas entrevistadas como um valor para as mulheres que atuam nas assessorias de imprensa. “As mulheres têm mais jeito para lidar com empresários”, afirma uma entrevistada, que descreve a meiguice e o cuidado como pré-requisitos para o bom cumprimento da atividade. Uma vez que, à época de seu surgimento, a assessoria não apresentava esse tipo de conotação, podemos concluir que, à semelhança do que aconteceu com o magistério e com a enfermagem, o ingresso em massa de mulheres na profissão de jornalista parece ter provocado um re-arranjo no campo da comunicação, identificando as atividades nos meios de comunicação com a identidade masculina e o trabalho na assessoria com a feminina.

Poderíamos interpretar a adoção do “paradigma da igualdade” percebido entre as profissionais de imprensa em Salvador como uma denúncia da estreiteza a identidade feminina tradicional, e de que as mulheres têm igualmente o direito de apresentarem-se agressivas, insensíveis e desprovidas de adornos pessoais, sem que por isso tenham que responder questões sobre sua feminilidade e/ou orientação sexual. A partir deste ponto de vista, o “fazer-se respeitar” deixa de ser uma ação individual e converte-se em uma denúncia

da luta coletiva a que as mulheres jornalistas precisam lançar-se na busca pelo respeito profissional.

Uma abordagem alternativa ao assunto encontramos na prática das jornalistas estadunidenses com as tensões de gênero na imprensa. A experiência é narrada por Kay Mills em *What difference do women journalists make?*⁵ (NORRIS, 1997), que faz um panorama do impacto da presença das mulheres nas redações do país entre as décadas de 50 e 90, a partir de pesquisas em reportagens e editoriais publicados em jornais de grande circulação e entrevistas.

Embora a natureza do que venha a ser notícia independa do gênero do repórter, para as jornalistas que Mills entrevistou, as mulheres tendem a levar suas experiências de vida para o trabalho, dando atenção, na cobertura que fazem, a elementos que passariam despercebidos aos seus colegas de profissão do sexo oposto. A diferença que as mulheres imprimem à cobertura não estaria, portanto, em uma sensibilidade inata das quais os homens estariam destituídos, mas no conjunto de situações que a cultura lhes apresenta e cuja consciência acaba por “tingir” seu trabalho.

Mills situa em fins da década de 60 e começo de 70, o momento em que as mulheres jornalistas começam a influenciar de forma mais consciente as pautas. Não por acaso, é o período da Segunda Onda Feminista, quando um número maior mulheres começa a participar dos protestos políticos e sociais: “women in American newsrooms realized that they faced the same discrimination on the job that they sought to cover in the outside workplace”⁶ (p. 43-44). O trabalho passou a ser convencer os editores, todos homens, que assuntos como a conciliação entre lar e carreira e a busca por atendimento adequado à saúde feminina eram pautas tão importantes quanto política e economia. O prêmio para as mulheres que o conseguiam era mais trabalho: cobriam as pautas novas sem abrir mão dos assuntos tradicionais que já tinham que dar conta.

Não demorou muito para que os prêmios de jornalismo passassem a valorizar tais abordagens. O mais cobiçado deles, o Pulitzer, passou a premiar reportagens sobre problemas de saúde femininos e casos de violência contra a mulher. Aliado ao reforço de credibilidade que os prêmios trazem, a luta pela conquista de leitoras do sexo feminino levou as empresas

⁵ Que diferença fazem as mulheres jornalistas?, (tradução livre).

⁶ Mulheres nas redações estadunidenses perceberam que enfrentavam a mesma discriminação no trabalho que pretendiam cobrir fora. (tradução livre).

jornalísticas e investir na diversidade das redações, não apenas contratando mais mulheres, mas igualmente profissionais de outras etnias.

Embora Mills identifique uma variedade de retrocessos e permanências do sexismo na presença das mulheres nas redações dos EUA, afirmando que a situação é boa, “mas não o suficiente”, a situação é bastante diferente daquela que identificamos em nossa pesquisa, bem como dos resultados que outros trabalhos envolvendo mulheres jornalistas apresentam. Uma pesquisa conduzida por Débora Diniz e Paula Damasceno (2002), ilustra esta realidade. O trabalho analisou a cobertura dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, a respeito dos temas aborto e novas tecnologias reprodutivas, entre 1994 e 1999.

A intenção das pesquisadoras era identificar se as mulheres jornalistas apresentariam algum tipo de identidade ou cumplicidade de gênero na cobertura do assunto. Dos quase 1.000 textos publicados sobre o assunto, 124 haviam sido produzidas por mulheres – 109 matérias e 15 artigos. Do total dos textos analisados no período, porém, 75% deles não tratam o tema como uma questão de direitos da mulher. “o aborto é apresentado como uma questão de política, de briga entre religiões e algumas outras características subliminares, mas normalmente se dissocia o aborto de uma questão de direitos fundamentais, de interesse e de saúde da mulher” (p. 135)

Nossa compreensão é de que o paradigma da igualdade, ao contrário do que parece, colabora para a manutenção da ordem patriarcal e do *status quo* da mulher na sociedade. Isso porque a igualdade se manifesta normalmente como ser igual aos homens, com desprezo pelas experiências que a cultura apresenta às mulheres. Por outro lado, definiríamos a experiência das jornalistas dos EUA como um investimento na equidade, na acepção que os movimentos sociais dão ao termo: a igualdade de direitos e de oportunidades conquistada a partir do devido respeito às diferenças. Tal experiência nos leva a pensar que é a atenção – e não o desprezo – concedido a essas diferenças que trará melhores resultados para as mulheres, estejam elas nos lugares de produtoras ou de consumidoras das informações.

B) Uma profissão como qualquer outra

É conhecida a importância estrutural que o campo da comunicação, do qual faz parte o jornalismo, tem para a sociedade contemporânea. No entanto, a profissão de jornalista não difere muito das demais no que diz respeito ao tratamento dispensado às suas trabalhadoras. Pelo contrário, o jornalismo repete as estatísticas que mantêm as mulheres na base da pirâmide social e destituídas do exercício de poder.

Mais mulheres do que homens têm o curso superior completo e, apesar disso, sua média salarial é inferior. A causa desta diferença revela outra injustiça: o pequeno número de mulheres que conseguem chegar aos cargos de chefia, melhor remunerados (NARDELLI e SANT'ANNA). Dado que a maioria dos superiores hierárquicos nas empresas jornalísticas é do sexo masculino, vemos as redações reproduzirem a ordem familiar patriarcal, com os homens no comando da mão-de-obra feminina. Por um lado, reforça-se com isso o investimento feminino nas relações pessoais, uma vez que é à sensibilidade dos chefes que elas precisam recorrer para solucionar questões que são estruturais, como o cuidado com os filhos. Por outro, as mulheres que o fazem correm o risco de ser avaliadas como pouco profissionais.

As mulheres jornalistas sofrem igualmente com a dupla jornada de trabalho, mas tendem a naturalizar o papel da mulher no lar:

Eu tinha me separado e tinha três filhos e eu era daquelas mulheres que achava que tinha que me virar sozinha e tinha que cuidar dos filhos. Hoje o pessoal coloca na justiça, pede pensão, prende o marido, eu não, eu achava que era responsabilidade minha (...). Não é uma coisa de se dizer que é fácil, que dá. A gente faz porque a mulher tem uma capacidade muito maior de fazer as coisas. Duvido que um homem tenha a capacidade de fazer isso, de dar conta de casa, de filho, de administrar um monte de coisa.

Em tempos de deslocamento e crise de identidades, percebemos entre as mulheres jornalistas concepções ainda muito tradicionais de feminilidade e masculinidade. A manutenção dessas concepções acaba por ser um reforço do patriarcado. A reivindicação de uma identidade feminina que não desvalorize as experiências tradicionalmente atribuídas às mulheres e, ao mesmo tempo, vá além delas apareceu apenas em um depoimento – uma exceção que apenas confirma a regra:

Eu sei dizer assim: eu sou mulher. Tenho uma vagina, tenho clitóris, entendeu? Gosto de tudo o que mulher gosta, e às vezes gosto de tudo o que homem gosta também, porque gosto de beber, gosto de fumar, gosto de mulher, eu gosto da noite como gosto da praia.. Eu gosto de tudo que as mulheres gostam. Eu gosto de estar bonita, entendeu? Agora, não quero ter modos femininos, não gostaria, não acho que caiba em mim ter que me violentar pra ter modos como querem as pessoas. Isso pra mim extrapola, eu sou assim. Claro que tem um ônus enorme, pago caro, porque eu sou uma pessoa que, ou gostam muito de mim porque me conhecem ou... eu sou meio feroz. Agora, com quem eu trabalho, com quem eu convivo, sou muito bem aceita desse jeito. (...) Eu gosto de batom, gosto de saia curta, gosto de dançar, não significa que pra eu ser mulher, eu tenha que fazer... eu sei que eu extrapolo, tem horas que eu me sinto assim um motorista de caminhão (risos). Mas eu sou uma mulher. Eu sou uma mulher. E uma mãe muito legal.

C) Perspectivas

O dado que mais nos chama a atenção, e que acreditamos poder ser apontada como tendência que ainda vai permanecer por algum tempo, é o que ilustra o aumento na participação feminina na profissão. O aumento no número de mulheres jornalistas foi relatado por todas as entrevistadas – entre elas, chama a atenção o depoimento daquelas que atuam também como professoras do ensino superior em comunicação, que confirmam esta percepção.

Os dados numéricos levantados ratificam o ponto de vista apresentado pelas entrevistadas. O Ministério da Educação registra mais mulheres do que homens matriculados nos cursos de jornalismo desde 2000, tanto na Bahia quanto em todo o Brasil. Os números coletados junto ao Sindicato da categoria no estado também são significativos: o gráfico demonstra que a década de 80 foi o momento do *boom* da sindicalização das mulheres na categoria, com 264 filiações (a década anterior tinha registrado bem menos do que isso, apenas 49 mulheres sindicalizadas).

Os números do Sinjorba para a década de 80 repetem uma tendência nacional. Entre 1986 e 1999, o número de mulheres jornalistas trabalhando com carteira assinada no Brasil cresceu 40,75%. Supomos não ser exagero considerar este ingresso em massa das mulheres

no jornalismo neste período como uma síntese das mudanças políticas e sociais que o país atravessou ao longo da década de 80 e que tiveram a Constituinte de 1988 – processo que contou com a presença ativa das mulheres⁷ – como ponto máximo.

Depois de uma leve queda no número de filiações femininas nos anos 90, o Sinjorba registrou 248 novas mulheres sindicalizadas no período correspondente entre 2000 e 2009, número já bastante próximo do marco histórico das duas décadas anteriores. Vale pontuar que o crescimento da década de 80 foi mais significativo, uma vez que o estado contava com apenas um curso de jornalismo, em oposição à multiplicidade deles que surgiram em fins de década de 90 e início de 2000. Não temos motivos para crer na ocorrência de um novo *boom* no ingresso das mulheres no jornalismo, mas o crescimento da presença delas, embora proporcionalmente menor do que o registrado nos anos 80, persiste.

Apesar da constatação do crescimento numérico de mulheres na profissão de jornalistas, não acreditamos haver elementos para apostar em uma tendência de feminização da profissão, à semelhança do que aconteceu com o magistério e com a enfermagem. Nossa opinião está baseada nas crenças que as mulheres entrevistadas apresentam sobre a profissão que, como vimos, está muito identificada com qualidades tradicionalmente atribuídas aos homens, salvo na modalidade assessoria de imprensa. A título de comparação, a feminização do magistério, por sua vez, foi precedida de uma identificação da mulher com a atividade docente, através de debates que aproximavam a profissão daquelas atividades historicamente atribuídas às mulheres, como ilustra Louro (2004):

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. (LOURO, 2004, p. 450)

⁷ “Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificado na imprensa como o ‘lobby do batom’, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas [na Assembléia Nacional Constituinte], se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada ‘bancada feminina’. Atuando como um verdadeiro ‘bloco de gênero’, as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram em bloco, a maioria das propostas de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento”. (COSTA, 2005)

A experiência da enfermagem e do magistério mostra que a feminização das profissões pode trazer prejuízo. Para Costa (2001), um processo crescente de desvalorização salarial e de perda de prestígio (...) é uma prática comum em todas as profissões que passam por um processo de feminização (COSTA,2001, p. 121)”. Segue-se à pergunta inevitável a respeito da capacidade do mercado de trabalho de absorver este contingente de mão de obra. Uma má notícia para as mulheres jornalistas é a retração na circulação e faturamento dos veículos de comunicação impressos em todo o mundo, pois é neste tipo de meio de comunicação que está concentrada a maioria das mulheres (NARDELLI e SANT’ANA, 2002).

Não há elementos neste momento para apostar em um aumento na presença de mulheres jornalistas em emissoras de rádio, nas quais há muito o jornalismo perdeu espaço, salvo nas emissoras segmentadas, e muito menos na televisão, que é onde se dá hoje a maior disputa por vagas entre homens e mulheres (NARDELLI e SANT’ANA, 2002). A presença das mulheres na TV segue prejudicada pelos padrões de beleza que, à semelhança da “parede de vidro” que dificulta o acesso das mulheres aos cargos de maior exercício do poder, interdita o caminho às mulheres que não atendem ao modelo pré-estabelecido.

A estética, principalmente na televisão, é outra forma de segregação. Mulheres negras, gordas, ou mulheres tidas como feias, que não atendam ao *standard* anglo-caucasiano, não encontram tanta oportunidade de trabalho como repórteres em emissoras de TV quanto aquelas que atendem aos padrões de estética machistamente estabelecidos” (NARDELLI e SANT’ANNA, 2002, p. 13)

Há um mercado já bastante ocupado pelas mulheres e com maiores chances de crescer: o setor chamado extra-redação, composto por assessorias, produtoras e ações de comunicação em empresas públicas e privadas. A tendência é que as mulheres jornalistas ocupem esses postos de trabalho localizados fora dos meios de comunicação, mercado esse que estaria mais de acordo com as “qualidades femininas” da meiguice, paciência e jeitinho, na concepção de nossas entrevistadas.

Outra tendência que julgamos será mantida é a do maior número de jornalistas com curso superior em relação aos homens, pois se trata de um fenômeno nacional e não de uma

tendência exclusiva do campo da comunicação. A maior escolarização feminina já é uma realidade no Brasil – em 2006, as mulheres foram responsáveis por 55,7% das matrículas em cursos de graduação, contra 44,3% dos homens. Quando se contabilizam o percentual de concluintes, as mulheres ampliam sua participação nas estatísticas para 62,6% (Fonte: MEC/Inep, 2006).

Não temos motivos para crer que a mudança na lei da imprensa brasileira, que suspendeu a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista, desestimule o ingresso das mulheres no curso superior, dado a presença intensa de mulheres em outras habilitações da área de comunicação que são igualmente desregulamentadas. Pelo contrário – com o fim da exigência do diploma de graduação, as faculdades já começam a movimentar-se no sentido de criar pós-graduações em jornalismo, o que pode nos levar a pensar em uma tendência de aumento da escolarização das mulheres jornalistas.

A tendência mais preocupante que identificamos é a manutenção nos atuais padrões de cobertura pela imprensa de temas que dizem respeito diretamente às mulheres. A ausência de mulheres em postos estratégicos na hierarquia dos meios de comunicação é certamente um empecilho a um tratamento de assuntos como o aborto de uma maneira diferenciada. O maior empecilho pode estar na permanência dos estereótipos sexistas apresentados pelas mulheres que entrevistamos. Ao ratificar posições que reforçam as identidades tradicionais de gênero e não problematizar questões novas, as mulheres podem estar deixando passar a oportunidade de fazer da imprensa uma arena de debates de questões de gênero que insistem em colocar as mulheres em um local subordinado na sociedade.

Certamente, esta é uma conclusão que carece de reflexões mais aprofundadas, que inclua análises do conteúdo veiculado nos meios de comunicação. Mas acreditamos que nosso trabalho servirá de ponto de partida para investigações como essa, que lancem luz sobre as maneiras como as questões de gênero são tratadas na cobertura da imprensa. Outras questões que julgamos merecer aprofundamento e que esperamos que derivem deste trabalho são a criação de uma base de dados mais completa sobre a presença das mulheres na imprensa em Salvador e uma investigação de metodologia etnográfica sobre como as mulheres jornalistas conciliam trabalho e demandas familiares. Estamos cientes de que, como deve ser no processo de construção de conhecimento, concluímos este trabalho com novas motivações para seguir na caminhada do processo de pesquisa. Ao fim e ao cabo, essas considerações são muito mais iniciais do que finais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COSTA, Ana Alice Alcântara e CONCEIÇÃO, Hélida. A revolta dos resignados: a participação feminina na greve dos professores (1918/1919). In.: SARDENBERG, Cecília M^a Bacellar, VANIN, Iole Macedo e HARAS, Lina M^a Brandão. Fazendo Gênero na Historiografia Baiana. Salvador: NEIM/UFBA, 2001.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Ensaio sobre identidade e gênero. Salvador: Helvécia, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. A terceira mulher – permanência e revolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mari Del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

NARDELLI, Elizabeth, e SANT'ANNA, Francisco. Mulher e Imprensa na América Latina. Brasília, Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, UNESCO, 2002.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e as Filosofias do Homem. Rio de Janeiro: Record, 1995.

SARDEMBERG, Cecília. “A mulher frente à cultura da eterna juventude reflexões teóricas e pessoais de uma feminista 'cinquentona’”. In: FERREIRA, Sílvia e ROSENDO, Enilda (orgs.) Imagens da mulher na cultura contemporânea. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez, 1990.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto. A modernização do jornalismo baiano - Um breve olhar sobre a proposta modernizante do jornal A Tarde. In: 4o. Encontro Nacional de História da Mídia, 2006, São Luís - Maranhão. 4o. Encontro Nacional de História da Mídia - Revisão Crítica dos 300 anos de censura, 2006.